

## O PROEJA COMO POLÍTICA PÚBLICA NA REDE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO PARANÁ

Céli Mariano Jorge

Bióloga, Mestre em Entomologia pela Universidade Federal do Paraná - UFPR, Coordenação do PROEJA no Departamento de Educação e Trabalho da SEED/PR. Email: [ceuli@pop.com.br](mailto:ceuli@pop.com.br)

**Resumo** - O presente artigo apresenta o processo de implantação da Educação Profissional Integrada à Educação de Jovens e Adultos – PROEJA, na Rede Estadual de Educação do Estado do Paraná, como uma política pública e não como um programa. A proposta curricular dessa nova oferta pauta-se no trabalho como um instrumento do processo de humanização, discute a relação entre trabalho e educação e o trabalho como princípio educativo. O que significa que a educação não pode estar voltada para o trabalho de forma a responder às necessidades adaptativas, funcionais, de treinamento e domesticação do trabalhador, exigidas em diferentes graus, na sociedade moderna, mas sim, que a educação pode ter como preocupação fundamental o trabalho em sua forma mais ampla. Assim, busca nos filósofos clássicos do Materialismo Histórico Dialético, a fundamentação teórica para a reflexão sobre os elementos básicos à compreensão do trabalho como categoria no processo de produção e reprodução sociais, nas contradições entre trabalho e capital e do trabalho como princípio educativo. Propõe um currículo integrado e presencial, com bases sólidas nos conhecimentos historicamente produzidos, como forma de superar a fragmentação, atendimento às demandas do mercado e o processo de aligeiramento que se sempre caracterizou essa modalidade de oferta.

**Palavras-Chave:** Educação e Trabalho, Política Pública, Princípio Educativo

## THE PROEJA HOW PUBLIC POLICY IN THE STATE SYSTEM OF EDUCATION OF BANGKOK

**Abstract** - This paper presents the process of implementation of the Integrated Professional Education and the Education of Young Adults - PROEJA in the State Network of Education of the State of Paraná, as a public policy and not as a program. The proposal of this new curriculum offered in the staff work as a process of humanization, discusses the relationship between work and education and work as an educational principle. This means that education can not be turned to work in order to respond to the adaptive, functional, training and domestication of the worker, required to varying degrees, in modern society, but that education can have a major concern the work in its broadest form. Thus, in search of classic philosophers Historical Materialism Dialectics, the theoretical basis for reflection on the basic elements for the understanding of work as a category in the process of social production and reproduction, the contradictions between labor and capital and labor as an educational principle. Proposes an integrated curriculum and presence, with a solid foundation of knowledge historically produced as a way to overcome the fragmentation, answering the demands of the market and the process of streamlining that has always characterized this mode of supply.

**Keywords:** Education and Work, Public Policy, Education Principle

## 1. INTRODUÇÃO

A Secretaria de Estado da Educação do Paraná – SEED inicia em 2007 o processo de implantação no Estado, da Educação Profissional Integrada à Educação de Jovens e Adultos, tendo como base legal, o Decreto Federal nº 5.840 que instituiu nacionalmente o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA, o qual foi instituído com o objetivo de atender aos jovens e adultos que não puderam concluir a educação básica.

Entretanto, a SEED/ PR implanta não um programa, mas como uma política pública destinada aos jovens e adultos trabalhadores, com o objetivo de ofertar uma educação sólida que assegure ao mesmo tempo os saberes científicos, tecnológicos e históricos sociais e a formação para o trabalho em nível técnico.

A Integração proposta no currículo possibilita uma inovação para o Ensino Médio, que visa atender aos diferentes sujeitos sociais aos quais se destina por meio de uma concepção de totalidade, o que se entende pela não fragmentação do conhecimento em partes distintas.

Os estudos para implantação dessa política iniciaram em 2007, assim como a mobilização e levantamento de demandas nas escolas dos 32 Núcleos Regionais de Educação que compõem o estado. Contou com três encontros Estaduais e 12 oficinas pedagógicas para elaboração da proposta curricular. Foram autorizados 76 cursos em 72 estabelecimentos de ensino de 47 municípios do Estado em 12 habilitações técnicas diferentes, a partir de 2008.

O que se busca com essa configuração de currículo para jovens e adultos, é a oferta de uma educação que contribua com a participação efetiva desses sujeitos nos seus contextos sociais, com autonomia de pensamento e capacidade de interação crítica, rompendo com a visão de imediatividade de atendimento ao mercado de trabalho e com o aligeiramento dos estudos, e assim, possibilitar o enfrentamento às contradições impostas pela atual estrutura vigente.

A Educação Profissional Integrada à Educação de Jovens e Adultos – PROEJA implantada pela SEED a partir de 2008, pressupõe a discussão de um currículo integrado que tem o trabalho como princípio educativo no sentido de que este permite a compreensão do significado econômico, social, histórico, político e cultural das Ciências, das Artes e da Tecnologia. Trata-se, portanto, de uma política pública destinada aos jovens e adultos trabalhadores, com o compromisso de uma formação técnica em nível médio que assegure aprendizagem dos conhecimentos das ciências gerais e da educação para o trabalho em nível técnico.

No entanto, sabe-se que o processo de formação da maioria dos professores, não contempla a dimensão histórica das relações sociais e produtivas no âmbito da categoria trabalho. Por sua vez, a formação continuada ofertada atualmente fica muito centrada na questão específica dos conteúdos. Como consequência disso, observa-se nas escolas, muitas vezes, uma prática pedagógica caracterizada pela fragmentação e inconsistência, desprovida dos elementos históricos e dos nexos necessários com os outros saberes. Portanto, esvaziada da fundamentação crítica que possa levar a uma educação emancipatória e transformadora.

Faz-se necessário, portanto, que o educador tenha a compreensão dos processos históricos que permeiam a categoria trabalho no âmbito das relações sociais e produtivas e sua importância na produção da vida material do homem. Assim como, a clareza da própria condição de classe e da condição dos seus alunos permite posicionar-se politicamente na sua prática enquanto educador e contribuir para uma ação pedagógica voltada ao senso crítico, possibilitando aos educandos, o conhecimento da realidade social, econômica e política de sua época, e o posicionamento como sujeitos conscientes e críticos diante das ideologias dominantes.

Dessa forma, pretende-se nesse artigo explicitar o processo de implantação do PROEJA na Rede Estadual do Paraná, como uma política pública, bem como os desafios demandados.

## 2. A IMPLANTAÇÃO DO PROEJA COMO POLÍTICA PÚBLICA

A partir do Decreto Federal nº 5.478/05 o Ministério da Educação e Cultura – MEC sob a coordenação da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC lançou o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA (BRASIL, 2005). Esse programa aparece com o objetivo de ampliação dos espaços públicos da educação profissional para os adultos e contribuição para a universalização da educação básica.

De acordo com esse Decreto, os tipos de ofertas poderiam ocorrer como formação inicial e como formação integrada ao ensino médio na modalidade de EJA em nível técnico. No primeiro caso, os cursos deveriam apresentar a carga horária máxima 1.600 horas, destas, no mínimo 1.200 horas destinadas à formação geral e 200 horas à formação profissional. No segundo caso, os cursos devem ter carga horária de 2.400 horas, das quais 1.200 horas para formação geral e a carga horária mínima da formação específica deve atender a estabelecida para a respectiva habilitação.

Em junho de 2006, o Decreto Federal nº 5.840 revoga o de nº 5.478 e institui nacionalmente o

programa estabelecendo, entre outras alterações, a possibilidade de oferta pelas instituições públicas das esferas estaduais e municipais e pelas entidades privadas nacionais de serviço social, aprendizagem e formação profissional vinculadas ao sistema sindical (Sistema S), “desde que assegurado o disposto no disposto no § 4o do artigo 1º do Decreto” (Brasil, 2006).

A forma integrada de currículo apresentada no referido Decreto, pressupõe a discussão que um currículo integrado tem

...o trabalho como princípio educativo no sentido de que este permite, concretamente, a compreensão do significado econômico, social, histórico, político e cultural das Ciências, das Artes e da Tecnologia (RAMOS, 2005).

A Secretaria de Estado da Educação do Paraná – SEED inicia em 2007 o processo de implantação da Educação Profissional Integrada à Educação de Jovens e Adultos - PROEJA, não como um programa, pois um programa tem, muitas vezes, a lógica do atendimento imediato às demandas de mercado e pode apresentar uma certa superficialidade pelo caráter temporário de sua duração, mas como uma política pública destinada aos jovens e adultos trabalhadores, com o compromisso de uma formação técnica em nível médio com bases sólidas que assegure ao mesmo tempo os saberes produzidos pela humanidade e a formação para o trabalho em nível técnico.

O processo de implantação do PROEJA no Paraná partiu de um intenso trabalho de mobilização desencadeado e coordenado pelo Departamento de Educação e Trabalho – DET, junto Aos 32 Núcleos Regionais de Educação - NREs. Teve início com o I Encontro da Educação Profissional Integrada à EJA o qual contou com a participação de diretores, professores de estabelecimentos estaduais que ofertam cursos técnicos, coordenadores da EJA e Educação profissional que atuam nos NREs, representantes do grupo de pesquisa CAPES/PROEJA Paraná e docentes convidados. O objetivo desse primeiro encontro foi a divulgação da nova política, tendo em vista o interesse da SEED na implantação, bem como a discussão sobre a sua base teórica e legal.

Após esse encontro teve início o processo de divulgação pelos NREs junto aos estabelecimentos estaduais de ensino e levantamento de demandas e interesse na implantação. Após ampla discussão junto à comunidade os estabelecimentos interessados enviaram solicitação ao seu NRE que após análise e parecer encaminhou ao DET/SEED. O deferimento para a implantação ficou condicionado a três critérios essenciais: existência comprovada de demanda na região; interesse por parte da direção, professores e comunidade escolar do estabelecimento de ensino; o estabelecimento de

ensino deveria ser credenciado para ofertar a Educação Profissional e apresentar a devida estrutura (laboratório e biblioteca exigidos para o curso solicitado, espaço físico e professores). O diagnóstico dos estabelecimentos interessados foi submetido a uma criteriosa análise tanto pelos NREs quanto pelo DET/SEED.

A implantação da Educação profissional Integrada à EJA foi autorizada em 72 estabelecimentos de ensino de 47 municípios do Estado com 76 cursos em 12 habilitações técnicas diferentes, conforme a estrutura já apresentada em cada estabelecimento: Administração, Informática, Secretariado, Logística, Meio Ambiente, Química, Enfermagem, Agente Comunitário de Saúde, Segurança do Trabalho, Construção Civil, Eletromecânica e Nutrição.

Para estruturar o processo de implantação dos cursos foram realizados, além do primeiro encontro, já citado, mais dois encontros pedagógicos de 24 horas cada um, com um total de 150 participantes. Em cada um dos encontros procurou-se fornecer os elementos necessários para a compreensão da concepção teórica dessa nova oferta, assim como da legislação que a ampara tanto em nível federal quanto estadual e proporcionar momentos para discussão e propostas por parte dos participantes.

Tendo como referencial o Documento Base (BRASIL, 2006), os Fundamentos Políticos e Pedagógicos da Educação Profissional do Paraná (PARANÁ, 2005) e as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação de Jovens e Adultos (BRASIL, 2000), foi elaborado o Documento Orientador da Educação profissional Integrada à Educação de Jovens e Adultos – PROEJA, (PARANÁ, 2008). Nesse documento são apresentados os pressupostos teóricos, fundamentos e princípios dessa política, bem como a organização curricular, perfil do aluno e do professor e as orientações metodológicas necessárias ao trabalho do professor. Durante a sua elaboração, foi submetido às discussões, crítica e sugestões dos professores que participaram dos encontros pedagógicos realizados.

A partir do Documento Orientador foi desencadeada a construção das propostas curriculares, as quais foram elaboradas coletivamente com a participação de professores representantes de cada estabelecimento de ensino, coordenadores de Educação e Trabalho e de EJA de cada NRE, docentes do DET e docentes convidados. Ocorreram 12 (doze) oficinas pedagógicas de 24 horas cada uma, sendo uma para cada habilitação técnica a ser implantada. Durante as oficinas, além da elaboração das propostas curriculares, buscou-se a elucidação das dúvidas ainda existentes e o consenso entre os participantes nos encaminhamento a serem, dados (que nem sempre era fácil) considerando-se o fato de que os participantes eram professores críticos, comprometidos, mas algumas vezes com grandes

divergências teóricas. Contudo, cada um deu o melhor de si e as propostas curriculares foram elaboradas pelo conjunto de professores, validadas posteriormente nos estabelecimentos de ensino e encaminhadas ao Conselho Estadual de Educação para autorização de funcionamento.

### **3.0 CURRÍCULO DO PROEJA NO ESTADO DO PARANÁ**

Para a elaboração do currículo partiu-se da reflexão sobre o papel da educação, em suas várias dimensões, “a serviço” da humanização ou da alienação. Essa reflexão deveria direcionar os trabalhos a serem realizados, pois o conhecimento, como instrumento particular do processo educacional, pode ser tratado de forma a contribuir ou a negar o processo de humanização.

Dessa forma, buscando uma escola “única” em lugar da divisão entre escola clássica e escola profissional, na qual a escola profissional destinava-se às classes trabalhadoras enquanto a escola clássica destinava-se às classes dominantes e aos intelectuais. Como dizia Gramsci,

Na escola atual, em função da crise profunda da tradição cultural e da concepção da vida do homem, verifica-se um processo de progressiva degenerescência: as escolas do tipo profissional, isto é, preocupadas em satisfazer interesses práticos imediatos, predominam sobre a escola formativa, imediatamente desinteressada. O aspecto mais paradoxal reside em que este novo tipo de escola aparece e é louvado como democrático, quando, na realidade, não só é destinado a perpetuar as diferenças sociais, como ainda a cristalizá-las em formas chinesas (GRAMSCI, 1999, p. 54).

No sentido da integração da Educação Profissional com a Formação Geral na modalidade de Educação de Jovens e adultos, tem-se como perspectiva a reinserção dos jovens e adultos que ficaram à margem do sistema escolar e não puderam concluir a Educação Básica por inúmeros fatores que marcam a história da educação brasileira, possibilitando-lhes um retorno a escola.

Portanto, pauta-se numa proposta pedagógica que contempla os conhecimentos científicos e históricos, mas que ao mesmo tempo, considera o itinerário formativo dos educandos em diferentes ofertas educacionais, geralmente entrecortado por períodos de afastamento. Contudo, valoriza os saberes tácitos dos trabalhadores e os saberes consolidados no dia-a-dia, como forma de assegurar os conhecimentos necessários para a compreensão e a atuação desses sujeitos no mundo do trabalho .

Porém, deve-se ter o cuidado de

...ao se constatar os limites e dificuldades dos alunos, não se promover a subordinação do

processo pedagógico às suas limitações, reduzindo-se o tempo de estudo e os conteúdos a serem trabalhados, ou ainda, limitando o estudo a discussões pautadas no senso comum, negando ao educando o domínio do conhecimento científico (KLEIN, 2003, p. 75).

Esse fato viria a contribuir para a manutenção do processo de exclusão no qual esses sujeitos se encontram.

A partir dessa concepção, a estrutura formativa do currículo do PROEJA contempla as categorias trabalho, cultura, ciência e tecnologia como eixos que dão sustentação a dimensão epistemológica que visa a compreensão crítica das formas de organização da sociedade e dos diferentes sistemas de produção que se estabeleceram ao longo do tempo.

Outro fator importante na elaboração do currículo foi o rompimento com o processo de aligeiramento instalado nas políticas de Educação de Jovens e adultos. Este fato remete a uma sólida formação presencial a qual requer a definição clara do objeto de estudo de cada disciplina e sua abordagem numa perspectiva de totalidade, o que implica na não fragmentação em partes soltas e desconectadas do conhecimento. Entretanto, deve-se ter mente que a aprendizagem pelo aluno tem caráter progressivo, em sucessivos graus de apropriação. Isso demanda a compreensão consistente dos princípios e fundamentos que permitirão ao professor encontrar os métodos adequados e as estratégias mais eficientes de ensino.

Estas dimensões teórico-metodológicas partem da opção da compreensão do processo de produção do conhecimento através da atividade humana. Contudo, a dimensão de um projeto político-pedagógico integrado só será possível a partir de ações conjuntas que levem ao entendimento e clareza de suas bases teóricas e metodológicas por todos os segmentos que compõem a instituição e comunidade escolar. É essencial conhecer os alunos, ouví-los e considerar suas histórias e seus saberes, bem como suas condições concretas de existência.

Os cursos técnicos do PROEJA apresentam uma carga horária mínima de 2400 (Decreto 5.840, art. 4º), horas distribuídas ao longo de seis semestres. É importante ressaltar que os conteúdos propostos para os cursos da Educação Profissional Integrada à Educação de Jovens e Adultos são os mesmos estabelecidos nas Diretrizes Curriculares para o Ensino Médio/SEED – PR. Entretanto, o encaminhamento metodológico e a avaliação, enquanto partes integrantes da práxis pedagógica estão voltados para o perfil dos educandos de EJA, considerando os seus saberes e também o tempo de afastamento dos estudos.

O critério para seleção de conteúdos e

metodologias refere-se às possibilidades dos mesmos articularem singularidade e totalidade no processo de conhecimento. Os conteúdos selecionados devem ser apresentados de forma integrada, refletindo os elementos do trabalho, cultura ciência e tecnologia e identificando mudanças e permanências inerentes ao processo de conhecimento na sua relação científico-tecnológica com o contexto social.

Definiu-se, então, o currículo como um desenho pedagógico e sua correspondente organização institucional à qual articula dinamicamente experiências, trabalho, valores, ensino, prática, teoria, comunidade, concepções e saberes observando-se as características históricas, econômicas e socioculturais do meio em que o processo se desenvolve.

Dessa forma, a concepção defendida para essa política exige que a avaliação aconteça de forma contínua e sistemática, mediante interpretações qualitativas dos conhecimentos produzidos e reorganizados pelos alunos. O que importa é que não se reproduzam, pela avaliação, as exclusões vigentes no sistema, que reforçam fracassos já vivenciados e corroboram a crença internalizada nos educandos de que não são capazes de aprender.

As reflexões para elaboração da proposta pautaram-se nos seguintes elementos de análise: qual o profissional que se quer formar; quais os conhecimentos necessários a sua formação; quais os conteúdos e a organização dos mesmos em disciplinas; o tempo necessário; a estrutura necessária (espaço) biblioteca, laboratórios, etc.

O diálogo entre os participantes, o diagnóstico das realidades e demandas locais e a existência de um planejamento construído e executado de maneira coletiva e democrática têm um caráter imprescindível no processo de construção curricular. Entretanto, entende-se que a dinamicidade do mesmo requer encontros pedagógicos periódicos na escola com a participação de todos os sujeitos envolvidos durante o percurso para os redirecionamentos necessários.

Essas concepções se aproximam quando defendem um projeto pedagógico que, ao articular conhecimento geral e específico, teoria e prática, sujeito e objeto, parte e totalidade, permita ao educando resolver problemas não previstos usando, de forma articulada, conhecimentos científicos, saberes tácitos, experiências e informações.

O currículo assim organizado está voltado para o atendimento de jovens e adultos com idade, igual ou superior a 21 anos, que concluíram o Ensino Fundamental, mas não tiveram a oportunidade de concluir o Ensino Médio e agora poderão retornar à escola para concluir a última etapa da Educação Básica juntamente com a profissionalização, numa perspectiva de educação tecnológica que possibilite

a inserção no mundo do trabalho.

#### **4.0 PRINCÍPIO EDUCATIVO DO TRABALHO**

De acordo com os filósofos clássicos do materialismo histórico dialético que discutem as relações entre trabalho e educação, a educação é um instrumento do processo de humanização e o trabalho deve aparecer como princípio educativo. Isto quer dizer que a educação não pode estar voltada para o trabalho de forma a responder às necessidades adaptativas, funcionais, de treinamento e domesticação do trabalhador, exigidas em diferentes graus, pelo mundo do trabalho na sociedade moderna, mas sim que a educação pode ter como preocupação fundamental o trabalho em sua forma mais ampla. Isso significa refletir sobre as contradições da organização do trabalho na sociedade atual, sobre as possibilidades de superação de suas condições adversas e empreender, no interior do processo educativo, ações que contribuam para a humanização plena do conjunto dos homens em sociedade.

A compreensão da categoria trabalho e do seu processo educativo requer a compreensão dos diferentes processos produtivos e das formas de organização das classes sociais ao longo do tempo. Portanto, é por meio do trabalho que ocorre a condição humana e a ação transformadora do mundo, tanto dos homens entre si quanto em relação ao meio em que vivem.

Dessa forma, o trabalho sendo a base material da manutenção da vida, deve estruturar todo o processo educacional, pois os homens se reconhecem na medida em que produzem sua existência. Assim, conforme Marx,

o processo de trabalho é atividade orientada a um fim, para produzir valores de uso, apropriação do natural para satisfazer a necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre homem e natureza, condição natural eterna da vida humana e, portanto, independente de qualquer forma de vida, sendo antes igualmente comum a todas as suas formas sociais (MARX, 1983, p.105).

O princípio educativo do trabalho foi amplamente discutido por Antonio Gramsci, o qual acreditava que somente a escola que tivesse como princípio o trabalho poderia satisfazer os interesses das classes trabalhadoras.

O interesse pedagógico de Gramsci é decorrente de sua preocupação com a educação de sua família e da classe proletária. O teórico italiano defendia um projeto político que deveria culminar com uma revolução proletária, entretanto, a tomada do poder deveria ser precedida de uma mudança na cultura, de uma nova mentalidade. Os agentes principais dessas mudanças seriam os intelectuais e a escola.

Gramsci delega à escola a discussão pedagógica

acerca da conquista da cidadania, que deve ser orientada para a elevação cultural das massas, livrando-as de uma visão de mundo que propicia a interiorização da ideologia da classe dominante. Isso, entretanto, só será possível por meio de uma reforma intelectual e moral, que deve ser promovida por intelectuais orgânicos que eleve as massas à condição de dominantes. Oriundos das classes trabalhadoras seriam esses os responsáveis pela formação de um novo bloco histórico e social. A escola unitária seria a principal formadora de intelectuais, única capaz de formar indivíduos verdadeiramente cidadãos e com uma educação unitária, humana. Tal escola está centrada na idéia de liberdade concreta, universal e historicamente obtida.

Lukács, apresenta importantes contribuições fundadas na centralidade do trabalho como modelo originário da atividade genuinamente humana.

Para Lukács, o que caracteriza e determina a especificidade da atividade humana é o fato de apresentar uma configuração objetiva de um fim previamente pensado, portanto teleológico. Neste sentido, Lukács define o resultado final do trabalho como uma "causalidade posta", o que significa dizer que se trata de uma causalidade que foi posta em movimento pela mediação de um fim humanamente configurado. Assim, os atos teleológicos incidem de forma imediata sobre um dado objeto ou elemento natural e têm como finalidade a consciência de outros homens, ou seja, "não são mais intervenções imediatas sobre objetos da natureza, mas intencionam provocar estas intervenções por parte de outras pessoas" (LUKÁCS, 1981, p.98).

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão aqui apresentada remete a necessidade de estudo e reflexão sobre uma educação unitária entre trabalho e escola na qual a idéia da complementaridade e organicidade seja claramente definida com base no potencial histórico da classe trabalhadora. Portanto, uma educação que possibilite saber, sentir e compreender a realidade social, econômica, política e cultural.

A reflexão sobre os elementos básicos à compreensão do trabalho como categoria no processo de produção e reprodução sociais, a apreciação do trabalho como princípio educativo, a educação unitária e politécnica são determinantes para a educação emancipatória.

Portanto, é preciso avaliar criticamente o motivo da categoria trabalho ter sido sempre relegada nos currículos escolares, assim como, do processo de formação de educadores, tendo em vista o modelo hegemônico capitalista e sua interferência nos processos educacionais.

Nesta perspectiva, a educação está ontologicamente ligada ao processo de trabalho e a partir desta premissa, os espaços escolares constituem-se no local em que os homens têm acesso ao conhecimento socialmente produzido e que está diretamente ligado a produção da existência humana.

## REFERÊNCIAS

- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CEB n. 11/2001 e Resolução CNE/CEB n. 1/2000. **Diretrizes curriculares para a Educação de Jovens e Adultos**. Brasília: MEC, maio 2000.
- BRASIL. Decreto nº 5.478, de 24 de junho de 2005. Institui, no âmbito das instituições federais de educação tecnológica, o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA. Brasília, DF: 24 de junho de 2005.
- BRASIL. Ministério da Educação. Documento base – programa de integração da Educação Profissional técnica de nível médio ao Ensino Médio na modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA. Brasília: SETEC, 2006.
- BRASIL. Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006. Institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA, e dá outras providências. Brasília, DF: 13 de julho de 2006.
- GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**. Trad.: C.N. Coutinho et all. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v.1,1999.
- KLEIN, L., R. **Alfabetização de Jovens e Adultos: questões e propostas para a prática pedagógica na perspectiva histórica**. Brasília: Universa, 2003, .
- LUKÁCS, G. **La riproduzione**. Capítulo "O Trabalho" de Per l'ontologia dell'essere sociale. Versão italiana de Alberto Scarponi, a partir de cópia datilográfica da redação em alemão, preparada por Ferenc Bródy e Gábor Révai e revista por G. Lukács. Editora Riunit, 1. Trad. De Ivo Tonet Univ. Fed. De Alagoas. ed. Roma: 1981.
- MARX, K., E, Friedrich. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. São Paulo: Martin Claret, 1983.
- PARANÁ. **Fundamentos Políticos e Pedagógicos da Educação Profissional**. Versão Preliminar. DET/SEED, 2005.
- PARANÁ. **Documento Orientador da Educação profissional Integrada à Educação de Jovens e Adultos no Paraná**. 1. versão. DET/SEED, 2008.
- RAMOS, M. **Possibilidades e desafios na organização do currículo integrado**. In: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (Org.). Ensino médio integrado: concepção e contradições. São Paulo: Cortez, 2005.